



edgarsilva2016.pt

facebook.com/

edgarsilva2016

twitter.com/

edgarsilva2016

Nasceu no Funchal a 25 de Setembro de 1962. Licenciou-se em teologia pela Universidade Católica Portuguesa. Exerceu as funções de Padre católico.

Foi responsável por diversos projectos como o “Arco”, na Madeira, e por iniciativas sociais e de desenvolvimento local em bairros marcados pelos problemas da ultra-periferia social.

Da obra publicada contam-se livros sobre questões de desenvolvimento humano e social como “Instrangeiros na Madeira” (2005), “Madeira – Tempo Perdido (2007), “Os bichos da corte do ogre usam máscaras de riso” (2010), “Pontes de Mudança – Sociedades Sustentáveis e Solidárias (2011).

Foi membro fundador do MAC – Movimento de Apoio à Criança – e da Escola Aberta, integrou movimentos de apoio às crianças de rua, entre 1987 e 1992. Foi professor na Universidade Católica do Funchal entre 1987 e 1992.

Foi Assistente Nacional do Movimento Católico de Estudantes (MEC), entre 1992 e 1995, Deputado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira desde 1996 e membro da Assembleia Municipal do Funchal e da Assembleia de Freguesia de Santo António.

Membro do PCP desde 1998, foi eleito para o Comité Central no XVI Congresso. É responsável pela Organização do PCP na Região Autónoma da Madeira.

afirmar Abril cumprir a Constituição

A derrota do governo PSD/CDS, a exigência do desenvolvimento do sistema científico e o combate à precariedade

Os bolseiros e a comunidade científica em geral, com a sua iniciativa, denúncia, acção e luta, deram um importante contributo para a derrota do governo PSD/CDS.

A derrota deste governo representou a derrota das políticas de ataque e desinvestimento no Sistema Científico e Técnico Nacional (SCTN). Políticas que durante anos aprofundaram problemas e pioraram as condições de vida de milhares de investigadores, obrigando-os a abandonar a ciência e acrescentado dificuldades às já muitas existentes.

Consumada a derrota do Governo PSD/CDS, **agora é o momento para derrotar a precariedade no sector, actualizar os valores das bolsas, revogar o Estatuto do Bolseiro, aplicar o Estatuto da Carreira de Investigação Científica, clarificar as regras de financiamento da FCT, aumentar o investimento público no sector** e dar passos decisivos para o estabelecimento de um SCTN ao serviço do desenvolvimento do País.

Mas não fiquemos à espera que os nossos problemas se resolvam por si. Se é verdade que a actual situação abre novas possibilidades para a resolução de problemas concretos, também é certo que só se registarão avanços se se mantiver um elevado grau de exigência, de mobilização e organização dos bolseiros.

É necessário afirmar que as justas expectativas criadas no seio da comunidade científica não podem nem devem ser defraudadas. Apostar no Sistema Científico e Técnico Nacional é apostar na produção nacional e na criação de riqueza; é apostar no desenvolvimento do País.

O rumo de subordinação da investigação científica ao interesse do capital financeiro e grupos económicos deve ser alterado, desde logo com a moralização e alteração dos critérios de financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Reafirmando os nossos compromissos, e para além das propostas de financiamento do SCTN que apresentaremos na discussão do próximo Orçamento do Estado, levaremos à discussão na Assembleia da República as seguintes propostas:

- criação do Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica em formação, com vista à substituição das bolsas por contratos de trabalho;
- actualização extraordinária das remunerações mensais;
- reintrodução das categorias de Estagiário e Assistente de Investigação no Estatuto da Carreira de Investigação Científica como categorias de formação de pessoal investigador, sujeito a adequada avaliação com regras bem definidas;
- criação de Carreiras Técnicas de Apoio à Investigação, abertas a candidatos que possuam desde a escolaridade obrigatória até ao grau de doutor e criação de uma Carreira de Operário Especializado ou Prototipista;
- levantamento global de necessidades de trabalhadores nos laboratórios e centros de investigação, e a correspondente abertura de concursos para a entrada nas carreiras;
- revitalização e reorganização da rede do sistema de Laboratórios do Estado.

A nova realidade na **Assembleia da República, fruto da nova correlação de forças, permite, caso os deputados assim entendam, fazer aprovar importantes diplomas que se traduzam na melhoria das condições de vida dos trabalhadores do sector científico.** Possibilita, entre outras coisas, a valorização do Sistema Científico Nacional, o fim da utilização abusiva de bolseiros para suprir necessidades permanentes e a abertura imediata de concursos para a contratação de investigadores.

Da parte do PCP, tudo faremos para que sejam dados os passos necessários para resolução dos inúmeros problemas com que o sector está confrontado, por um Sistema Científico e Técnico ao serviço do desenvolvimento do País.

Os compromissos do PCP

É urgente a contratação de técnicos e investigadores, substituindo bolsas por contratos de trabalho com direitos.

Partido Comunista Português
www.pcp.pt | pcp@pcp.pt

As eleições presidenciais

A candidatura de Edgar Silva a Presidente da República apresenta-se com o lema: “Afirmar Abril. Cumprir a Constituição”.

Parecerá redundante relembrar que o Presidente da República jura “defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa”, mas os tempos demonstram-nos que é uma jura esquecida e por outros candidatos não reassumida.

A nossa Constituição, que saiu de Abril, não é um livro inspiracional, não é um livro de entrelinhas; é o texto fundamental, saído da vontade colectiva, que regula os nossos direitos e garantias, como cidadãos, e a organização do Estado.

Defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição é defender, cumprir e fazer cumprir os seus 296 artigos. É, por exemplo, garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística. É a execução de políticas de pleno emprego, a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes e o princípio de que para trabalho igual salário igual. É garantir a liberdade de aprender e ensinar, a formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.

A nossa luta e as nossas reivindicações estão todas presentes no texto constitucional. Mobilizarmo-nos por uma candidatura que defende a Constituição é mobilizarmo-nos pelos nossos interesses. Mobilizarmo-nos pela candidatura de Edgar Silva é lutar pelo bem maior do qual também nós fazemos parte.

Mobilizemo-nos! Mobilizemos outros também!

Partido Comunista Português | www.pcp.pt | pcp@pcp.pt